



Fredric Jameson

Ana Lúcia Gazzola

“a função mais importante da arte continua sendo a de desmitificar ideologias”

Fredric Jameson acaba de lançar, pela Editora Verso, seu trabalho de maior fôlego desde a publicação de *Pós-modernismo, ou a lógica cultural do capitalismo tardio*, em 1991 (publicado no Brasil pela Editora Ática em 1996). Trata-se de *Archaeologies of the Future. The Desire Called Utopia and Other Science Fictions*, em que discute a função da utopia na era pós-comunista. Jameson foi entrevistado em Chapel Hill, USA, por Ana Lúcia Gazzola. Na entrevista, realizada em outubro de 2005, ele discute temas como a função da arte, da cultura e da utopia na contemporaneidade, o avanço da globalização, do neoliberalismo e das economias de mercado, a crescente mercantilização da educação e o papel da universidade em todo esse contexto.

Ana Lúcia Gazzola: A queda do muro de Berlim, a derrocada da União Soviética e o fim da Guerra Fria não trouxeram a esperada distensão nas relações internacionais; ao contrário disso, os conflitos localizados se multiplicam e com eles, exponencialmente, os orçamentos militares. Neste cenário, ainda é possível creditar à arte e à cultura algum papel emancipatório?

Fredric Jameson: Nunca defini o papel da arte em termos de sua função emancipatória. A idéia de emancipação é, creio, um conceito de Habermas, talvez derivado até um certo ponto de Marcuse e seus seguidores, e tem implicações que não endosso. Meu equivalente é, sem dúvida, o conceito do utópico, e podemos discutir isso depois de maneira mais completa. Mas penso que a função mais importante da arte continua sendo a de desmitificar ideologias. É nesse campo que a arte realiza sua função crítica e só a partir daí pode funcionar como guia emancipatório ou utópico. Ainda existem muitas ideologias, embora bastante diferentes das que existiam no período da guerra fria, portanto a arte e a estética têm muito trabalho pela frente.

O endurecimento diplomático e militar iniciado com Reagan e retomado na era Bush, em caráter ainda mais radical, contribuiu para a deterioração da imagem dos EUA como país-modelo e referência democrática. A cultura norte-americana tem alguma possibilidade de estabelecer uma interlocução não-hegemônica com o resto do mundo, em especial os países periféricos?

Ao invés de identificar os Estados Unidos como a peça mais visível no processo de virada reacionária na política mundial, prefiro discutir o neoliberalismo e as ideologias de mercado que incluem as dos neoconservadores norte-americanos, mas têm um âmbito bem maior. Parece-me que este é o inimigo verdadeiro, não apenas os Estados Unidos em si. Portanto, precisamos projetar uma referência mais específica e mais abrangente nesse caso. Em termos de diálogo, penso que aqueles de nós que nos opomos ao neoconservadorismo e ao livre mercado mundial e a seus dogmas já estamos de algum modo em uma aliança transnacional, incluindo aí os intelectuais de oposição dos Estados Unidos. Talvez diálogo não seja a melhor palavra, mas nós da América do

Norte também temos muito a dizer sobre as consequências do sistema de mercado, seu impacto nas vidas dos indivíduos, a degradação cultural que promove, e assim por diante, e essas são lições que podem ser úteis a outros países.

O avanço conservador, legitimado eleitoralmente, coloca em dúvida a percepção dos Estados Unidos como um país culturalmente plural. Contudo, uma nação que foi capaz de sepultar o macartismo deve dispor de reservas combativas contra essa nova onda conservadora e autoritária. A universidade constituiria um dos espaços de manifestação dessa resistência?

A universidade constitui, certamente, um espaço de conflito e resistência, principalmente porque ela foi identificada de maneira precisa pelos conservadores como um alvo e como o lugar onde eles querem produzir intelectuais conservadores, ao invés dos radicais habituais. Mas essa luta não pode se dar em termos de pluralismo e liberdade de expressão versus dogmatismo, pois esses termos se situam no âmbito do liberalismo ou centrismo norte-americano. É preciso colocar a questão como um problema mundial do sistema de mercado e de sua tentativa de policiar os opositores. O atual reacionarismo dos Estados Unidos, também associado à religião e ao neo-conservadorismo straussiano, tem equivalentes em outros países e não pode ser equacionado pelas estratégias e métodos iluministas habituais.

A expansão planetária da economia capitalista, através do processo conhecido como "globalização", levou aos últimos rincões do mundo a cultura dos países hegemônicos, ou, em termos frankfurtianos, a sua "indústria cultural". Como se deve entender a questão da identidade cultural nesse contexto?

É verdade que a indústria cultural, tanto em formas norte-americanas como não-norte-americanas, se estendeu mundialmente. Para mim, é problemático falar de identidades culturais como tal, pois penso que elas têm de se basear em movimentos coletivos mais profundos, movimentos sociais ou políticos antes que puramente culturais. A expressão cultural mais pura da multiplicidade seria o que, nos Estados Unidos, podemos chamar de disneyzação, que não me parece uma boa maneira de reviver uma herança cultural. É necessário superar a noção de cultura nacional em prol de

novas formas de ação coletiva, bem como fazer oposição à pós-modernização através de novas forças, ao invés de reviver ou preservar a imagística cultural ultrapassada.

A revitalização de antigos fundamentalismos e o aparecimento de novas manifestações desse fenômeno parecem ser a resposta de algumas sociedades à hegemonia ocidental e, em particular, à norte-americana. Seria possível encontrar formas de convivência entre expressões tão díspares e, contudo, igualmente representativas de realidades histórico-sociais tão diversas?

Concordo, sim, com a noção de que os fundamentalismos se opõem ao sistema de mercado e também a essa forma mais específica que é a hegemonia norte-americana, que não exclui a violência da guerra e da ocupação. Evidentemente há formas coletivas e sociais mais antigas que são mais atraentes do que o consumismo atual, mas elas não podem ser preservadas como peças de museu, pois a vitalidade cultural e social só é alcançada através de grandes projetos coletivos de futuro.

Há quem conteste, em face do avanço da globalização econômica, o conceito geralmente aceito de que os fatos culturais conservam uma relativa autonomia em face das demais instâncias sociais (a economia, por exemplo). Se isso é verdade, que importância podem ter, nesse contexto, os estudos multiculturais?

Penso que é importante tanto preservar uma certa autonomia ou semi-autonomia quanto insistir na relação entre os fatos culturais e as infra-estruturas econômicas e sociais. Nossa tarefa é articular essas duas dimensões e trabalhar numa base histórica e comparativista. Ou seja, o que essa questão implica ou deveria implicar é que os fatos culturais tinham uma autonomia diferente em períodos anteriores do capitalismo ou em outros modos de produção e esses sistemas anteriores demandavam tipos diferentes de estudo e exame. Mas a cultura deve ser pensada como um conjunto de formas que constituem, elas próprias, sintomas de problemas na infra-estrutura e no social e assim são sempre detectáveis como problemas formais. A cultura está sempre presente sob várias aparências transformadas e continuará a ter seus efeitos específicos. Entretanto, tais efeitos também podem ser vistos como sinais de contradições mais profundas.

A OMC discute atualmente a inclusão da educação nos acordos do GATS como item do comércio de serviços internacional não sujeito a barreiras nacionais. O mesmo se dá em relação ao patrimônio cultural difuso. Diante desse fato, como o senhor comentaria as relações entre educação e mercado e, mais amplamente, entre cultura e mercado?

Não estou familiarizado com essa tentativa de inclusão da educação como item de comércio internacional, mas considero isso bastante suspeito. Considero a Organização Mundial do Comércio suspeita, bem como a precedência legal neoconservadora que ela trata de estabelecer em outros países e a maneira com que dá espaço a corporações norte-americanas e mina iniciativas locais, por exemplo, com os subsídios à agricultura ou a manutenção de patentes de medicamentos. Considero que, nos Estados Unidos, a ingerência das grandes empresas nas universidades tornou-se um problema muito grave. Muitas universidades públicas estão trabalhando para grandes corporações, quase que gratuitamente, no desenvolvimento de todo tipo de técnicas novas, particularmente agrícolas e farmacêuticas. Quase mais grave é o poder que tais corporações adquirem para estabelecer a agenda, para reorganizar disciplinas e trabalhos práticos, para desqualificar as formas mais puras de experimentação científica em nome das ciências práticas ou aplicadas com o objetivo de lucro financeiro. Até agora, nós das humanidades fomos pouco afetados por esse quadro, em parte porque ainda não se descobriu como obter lucro com as coisas artísticas e literárias tão misteriosas e especializadas que fazemos, mesmo levando em conta que somos uma ameaça do ponto de vista teórico. Acho fundamental que estejamos cientes dos riscos da expansão mercadológica na educação e que nos mantenhamos atentos a essa questão.

Ainda é possível falar de utopia na contemporaneidade?

Claro que sim. Como eu disse no início, o que eu chamo de utópico equivale ao que, em outras filosofias, se chama de emancipatório, e que se destaca como papel ou função prioritária, hoje em dia, tanto no caso da teoria como no da cultura. A relação da utopia com o campo do crítico, ou do negativo, ou do anti-ideológico tem de ser mais detalhada. Parece-me que a ideologia dominante da contemporaneidade é a concepção de Margaret Thatcher de que não há alternativas. Como as utopias tratam predominantemente de refutar essa ideologia tão largamente difundida, respondendo a ela com a convicção de que, sim, há alternativas e de que existem alternativas utópicas para o atual sistema, acabam por nos oferecer, talvez, a mensagem social, política e cultural mais importante no mundo de hoje.

